

**FACULDADE PATOS DE MINAS
DEPARTAMENTO GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

DALILA RODRIGUES SILVA

**O QUE CONTA O CONTO?
Análise sobre gênero e maternidade na obra “The Handmaid’s Tale”**

**PATOS DE MINAS
2021**

**FACULDADE PATOS DE MINAS
DEPARTAMENTO GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

DALILA RODRIGUES SILVA

O QUE CONTA O CONTO?

Análise sobre gênero e maternidade na obra “The Handmaid’s Tale”

Artigo apresentado à Faculdade Patos de Minas como requisito para conclusão do Curso de Graduação em Psicologia para finalidade de obtenção do título de Bacharel, podendo gozar dos direitos de Psicólogo.

Orientador: Prof. Me. Guilherme Bessa
Ferreira Pereira

**PATOS DE MINAS
2021**

FACULDADE PATOS DE MINAS
DEPARTAMENTO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
Curso Bacharelado em Psicologia

DALILA RODRIGUES SILVA

O QUE CONTA O CONTO?
Análise sobre gênero e maternidade na obra “The Handmaid’s Tale”

Banca Examinadora do Curso de Bacharelado em Psicologia, composta em 19 de fevereiro de 2021.

Orientador: Prof. Me. Guilherme Bessa Ferreira Pereira
Faculdade Patos de Minas

Examinadora 1: Profa. Ma. Cátia de Castro Dias
Faculdade Patos de Minas

Examinadora 2: Prof. Dr. Gilmar Antoniassi Júnior
Faculdade Patos de Minas



Faculdade Patos de Minas
Departamento de Graduação e Pós-graduação em Psicologia
Curso Bacharelado em Psicologia

Programa de Pós-graduação Lato Sensu de Psicologia em Processos Clínicos e Promoção da Saúde

**ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CURSO, APRESENTADO POR
DALILA RODRIGUES SILVA
COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL EM
PSICOLOGIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA.**

Aos dias do mês e ano abaixo datado, reuniu-se, no Laboratório de Psicoterapia de Grupo e Habilidades Sociais, a Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade Patos de Minas, constituída pelos professores abaixo assinados, na prova de defesa de seu trabalho de conclusão de curso intitulado:

O QUE CONTA O CONTO? Análise sobre gênero e maternidade na obra "The Handmaid's Tale"

Concluída a exposição, os examinadores arguíram alternadamente o graduando(a) sobre diversos aspectos da pesquisa e do trabalho, como REQUISITO PARCIAL DE CONCLUSÃO DE CURSO. Após a arguição, a comissão reuniu-se para avaliar o desempenho do(a) graduando(a), tendo chegado ao resultado, o(a) graduando(a)

DALILA RODRIGUES SILVA

foi considerado(a) (_____). Sendo verdade eu, Profa. Doutora Luciana de Araújo Mendes e Silva, Docente Chefe do Núcleo Científico do Departamento de Graduação e Pós-graduação em Psicologia, confirma e lavra a presente ata, que assino juntamente com o Coordenador do Curso e os Membros da Banca Examinadora.

Patos de Minas - Defesa ocorrida em: sexta-feira, 19 de fevereiro de 2021

Prof. Me. Guilherme Bessa Ferreira Pereira (FPM)

Orientador

Profa. Ma. Cátia de Castro Dias (FPM)

Examinador 1

Prof. Dr. Gilmar Antoniaassi Junior (FPM)

Examinador 2

Prof. Dr. Gilmar Antoniaassi Junior

Coordenador do Departamento de Graduação e Pós-graduação em Psicologia

Prof. Dra. Luciana de Araújo Mendes Silva

Chefe do Núcleo Científico do Departamento de Graduação e Pós-graduação em Psicologia

DEDICO este trabalho a todas as pessoas que de alguma forma poderão tirar proveito tanto na área profissional quanto pessoal. Dedico em especial, às mulheres que ao longo da história vem lutando para que haja um mundo justo, com equidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha filha, que durante todo o percurso desta jornada foi o meu maior motivo para continuar os estudos e lutar cada batalha sem pressa, ajudando-me a encarar cada momento com a leveza e a inocência de uma criança, além de dedicar mais ainda para tornar o mundo um lugar melhor para ela e para as gerações vindouras.

À minha família, que sempre me deu apoio ao longo desses anos, oferecendo suporte em tudo que era preciso, dessa forma, agradeço de forma imensurável. Saibam que me sinto honrada por tê-los em minha vida.

Aos meus professores, que ao longo desses anos me proporcionaram conhecimento sistemático e significativo para a carreira. Compreendam que aprender com vocês não somente o conteúdo mediado em aula, como também valores, confronto de ideias e relacionamentos formais e informais, fizeram-me um ser humano mais sensível ao sofrimento alheio e com mais perceptível na área da Psicologia.

Ao meu querido orientador, que não mediu esforços para eu conseguir produzir algo com que eu sempre me identifiquei, deixando assim, a minha marca, ou seja, uma contribuição para melhorar a sociedade.

Ao coordenador do Curso de Psicologia, que esteve presente em cada conquista, oferecendo apoio e me ajudando a seguir em frente em cada batalha.

Aos meus colegas de sala, que alegraram meus dias com cada risada e acolhimento quando era necessário e também cada lição que aprendi ao longo do caminho.

Alguém disse uma vez: 'Os homens temem que as mulheres riam deles. As mulheres temem que os homens as matem'.

Margaret Atwood

O QUE CONTA O CONTO?

Análise sobre gênero e maternidade na obra “The Handmaid’s Tale”

WHAT TELLS THE TALE?

Analysis of gender and motherhood in the work “The Handmaid’s Tale”

Dalila Rodrigues Silva¹

Guilherme Bessa Ferreira Pereira²

RESUMO

Este trabalho é uma análise reflexiva sobre gênero e maternidade a partir da obra *The Handmaid’s Tale*, trata-se de um romance distópico que teve algumas adaptações para televisão, sendo a última delas uma série televisiva que obteve relevante sucesso de público e de crítica. O que se pretende fazer é destacar e analisar o modo como gênero e maternidade é apresentado na narrativa, implicando que a análise da ficção produzirá inteligibilidades válidas para serem aplicadas à realidade não ficcional. Tendo como objetivo apresentar conceitos e reflexões oriundos das teorias feministas, especificamente aqueles referentes a gênero e a maternidade e analisar a série a partir dessas contribuições. A análise foi feita a partir do aporte das teorias feministas que estabelecem gênero como um constructo de análise e maternidade como um tema particularmente importante para a crítica feminista. O trabalho se justifica dada a atualidade da temática na esfera do debate público e pelas implicações que tal reflexão tem no estabelecimento e resolução de problemáticas contemporâneas. Ao concluir a análise podemos perceber que apesar de se conviver hoje em uma sociedade que pauta os direitos humanos e que se esforça em vê-los resguardados para todas as pessoas, permanece o fato de também se viver em uma sociedade que possui elementos dos quais podem decorrer o retorno ao passado: da luta por estabelecer direitos decorre a luta por mantê-los e por fazê-los serem cumpridos.

Palavras-chave: Feminismo. Sociedade. Maternidade.

ABSTRACT

This work is a reflective analysis on gender and motherhood based on *The Handmaid’s Tale*, which is a dystopian novel that had some adaptations for television, the last of which was a television series that achieved significant public

¹ Graduanda em Psicologia. pela Faculdade Patos de Minas (FPM). rodriguesdalila98@gmail.com

² Mestre em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Docente e orientador do Departamento de Graduação em Psicologia da FPM. guilherme.pereira@faculadepatosdeminas.edu.br

and critical success. What we intend to do is to highlight and analyze the way gender and motherhood is presented in the narrative, implying that the analysis of fiction will produce valid intelligibilities to be applied to non-fictional reality. Aiming to present concepts and reflections from feminist theories, specifically those referring to gender and motherhood and to analyze the series from these contributions. The analysis was made from the contribution of feminist theories that establish gender as a construct of analysis and motherhood as a particularly important theme for feminist criticism. The work is justified given the topicality of the theme in the sphere of public debate and the implications that such reflection has on the establishment and resolution of contemporary problems. At the end of the analysis, we can see that despite living today in a society that guides human rights and that strives to see them protected for all people, the fact remains that they also live in a society that has elements of which they can the return to the past takes place: from the struggle to establish rights, there is the struggle to maintain them and to make them be fulfilled.

Keywords: Feminism. Society. Maternity.

1 INTRODUÇÃO

O esforço de compreender o funcionamento do mundo nos faz encarar fenômenos que, de tão complexos nos impelem a adotar diversos métodos e formas de investigação, de apreensão e de crítica. Há aqueles que se debruçam sobre metafísica. Outros que, partindo do senso comum naturalista e materialista buscam desnudar as leis e as formas de funcionamento do que se vê, perseguindo uma engenharia perfeita que permita manipular o mundo objetivo. E há os que no meio do caminho, nem tão filósofos, tão pouco engenheiros, perscrutam e produzem uma compreensão que é ao mesmo tempo engenhosa e transcendente, como, por exemplo, artistas. Desde as tragédias gregas, passando da poesia clássica, pelas pinturas esculturas, pelas músicas, pelo romance, chegando às produções audiovisuais contemporâneas, a produção artística associada a uma narrativa tem servido tanto de modo de apreensão da experiência de existir quanto de tema para a reflexão filosófica e a investigação científica. As razões para que isso aconteça são diversas, mas o fato é que a narrativa literária permite “insights” das mais variadas gamas de aspectos da experiência, sejam eles objetivos ou subjetivos, descritivos ou imagéticos, de tempos passados ou de futuros; associando a isso inúmeras figuras linguísticas e estilos narrativos, que tem por fim o efeito de expandir imensuravelmente a capacidade humana de significar suas experiências, construindo ainda diversas versões do que se chama realidade. Bem por isso, no século XX críticas feministas feitas à produção do conhecimento científico -

acusando-o de ser correspondente a uma tradição androcêntrica o que implica em barrar contribuições de mulheres às ciências – associam-se a uma leitura da sociedade propiciada pela análise e crítica literária (Olesen, 2006).

O que se tem aqui é a proposta de compreender as realidades a partir, tanto da literatura em si, quanto de uma análise crítica da mesma. Isso se associa às proposições pós-estruturalistas (Williams, 2012) que denunciam coisas como a constatação de que a compreensão de verdade e de realidade está associada às narrativas sobre verdade, ou seja, aos discursos e às dinâmicas de poder/saber que fazem essa determinação. Se as relações de poder engendram os processos de determinação da verdade, é justo pensar que os sujeitos que são desprivilegiados nessas relações de poder são também aqueles impossibilitados de dizer (alguma) verdade – particularmente sobre si mesmos. Assim, as relações saber/poder que indicam os mecanismos nos quais se estabelece a verdade sobre algo, implicam na barragem, no silenciamento, na censura ou, no mínimo, em tornar mais difícil a participação daqueles que são desprivilegiados ou vulneráveis nessa relação. Essa noção conecta-se ao fato do próprio estatuto de verdade científica não se sustentar a não ser dentro de um esquema de discursos e narrativas “sobre a verdade”, e que por isso, concorre (ou se associam) com outros discursos e narrativas nessa determinação, sejam eles o senso comum, os discursos morais, as artes, etc.

Sendo assim, o esforço em compreender com a realidade implica levar em consideração uma grande gama de narrativas que, de alguma forma, tentam explicar e significar a realidade e os fenômenos. Nesta perspectiva, considera-se que a produção literária desempenha papel promissor permitindo expandir as considerações dos fenômenos seja através de ficções, de narrativas realistas, de mitos – com efeito, o nascimento da filosofia está intimamente ligado ao surgimento da tragédia grega (Weber, 2007). Com o desenvolvimento tecnológico as formas de se apropriar do discurso literário, e de reproduzi-lo, se expandiram e se diversificaram sendo a produção audiovisual uma confluência de diversas expressões artísticas na construção de narrativas – a literatura do roteiro, as artes cênicas, a fotografia, a música, etc., essa grande mobilização de recursos e de práticas com o objetivo de narrar histórias exemplifica a importância que *narrar* tem para a cultura. A diversificação de recursos implica também na diversificação no modo de narrar e, com isso, de perspectivas de narração. No século XX tornou-se popular um estilo de narrativa de perspectiva trágica, pessimista e desiludida sobre

as relações sociais, as proposições de modelos de sociedade e de uso da tecnologia para a melhora da vida humana; com isso tecem comentários sobre como a organização do coletivo pode suprimir a experiência individual de autonomia e, no limite da supressão, germinar nos indivíduos o propósito de superação da organização social, a estas narrativas damos o nome de distopia: metáforas para a nossa realidade ao apresentar características de nossa cultura sendo levadas ao limite (Hilário, 2013).

É partindo de uma narrativa distópica que este trabalho pretende contribuir para a reflexão sobre as relações de gênero e de maternidade. A obra em questão é “The Handmaid’s Tale”, (Atwood, 1985) que após publicação foi adaptada para longa metragem em 1990, e em 2017 foi lançada com o formato de série televisiva. O que se pretende fazer é destacar e analisar o modo como gênero e maternidade é apresentado na narrativa, implicando que a análise da ficção produzirá inteligibilidades válidas para serem aplicadas à realidade não ficcional. Com isso, os objetivos deste trabalho são apresentar conceitos e reflexões oriundos das teorias feministas, especificamente aqueles referentes a gênero e a maternidade e analisar a série a partir dessas contribuições. Neste sentido, este trabalho associa-se a outros tais quais Pone (2014), Pereira e Cardoso (2018), Costa e Dalbosco (2018), Graton (2018), Dyna (2019) e tantos mais que partiram desta obra para refletirem sobre linguagem, subjetividade, relações de poder, análise política, etc. Busca-se contribuir com esta literatura, abordando o gênero como constructo de análise e a maternidade como tema.

A relevância de tal projeto em um processo de encerramento de graduação em Psicologia, se justifica por implicar em diferentes meandros da experiência humana que muito tem a ver com a formação de um psicólogo atuante conforme as orientações pedagógicas do Ministério da Educação e do Conselho Federal de Psicologia, quais sejam: leitura crítica da realidade e capacidade de perceber as interlocuções disso para a saúde mental das pessoas e qualidade das relações; aprimoramento da capacidade de articular a produção simbólica de uma narrativa ficcional com a produção imagética da subjetividade e intersubjetividade; desenvolvimento da capacidade de articular conceitos teóricos acadêmicos com produtos da cultura pop como modo de ampliar o acesso da população em geral ao conhecimento acadêmico e técnico.

Além disso, e especificamente, é patente que reflexões sobre relações de gênero e temas concernentes é fundamental para o campo da psicologia uma vez que dizem respeito ao processo de desenvolvimento e de compreensão da subjetividade, tema central nas práticas psicológicas. Tal formação acontece ancorada nas apropriações das várias leituras teóricas possíveis sobre a realidade e também na vivência pessoal, íntima e subjetiva do sujeito que se forma, por isso é importante destacar que este trabalho também reflete o esforço de compreensão das teorias feministas e dos usos possíveis dos constructos dessas teorias para refletir e agir no viver.

Adotaremos perspectivas de teorias feministas e análise de gênero como orientação teórica. Referimo-nos ao rol de contribuições de autoras feministas, especialmente a produção realizada a partir de 1970, e que é reconhecida na tradição da literatura acadêmica como epistemologia feminista tendo S. de Beauvoir, G. Rubin, Betty Friedan, Angela Davis, Judith Butler, Angela Carter como referência (Rego, Pedro, & Grossi, 1998). Claro está que não se pretende usar unicamente essas autoras, mas sim fundamentámo-nos nesta epistemologia.

1.1 Elementos fundamentais do feminismo

O aspecto fundamental para se considerar sobre feminismo é que nele comungam a militância política com o objetivo de transformação social e teorias acadêmicas que em suas elaborações mais refinadas propõem uma epistemologia própria para compreender a realidade (Costa & Schmidt, 2004), em outras palavras, ele é tanto político quanto teórico-epistemológico. Assim, compreender feminismo perpassa por saber que se trata de um campo marcado por disputas e constante problematização de si; que interage de maneira interseccional com outros movimentos de luta e transformação social bem como com os mais diversos campos do saber; que emergem conforme as construções históricas; e que, portanto, não resulte como um único, uno, uníssono e totalizante feminismo, mas sim em vários (Butler, 2003; Negrão, 2002). Um modo de tentar encontrar uma integralidade neste movimento é se atentar aos elementos fundamentais do feminismo, aqueles encontrados em todas as diversas tendências. Narvaz e Koller (2006) pontuam que os movimentos feministas contemporâneos partem de bases comuns, tais quais: o destaque da opressão de gênero, de etnia, de classe social presente nas diversas

culturas e sociedades ao longo da história; o preconceito institucionalizado a partir dessas opressões que resulta em racismo, machismo, classicismo e diversos outros tipos de discriminação contra grupos minoritários; o reconhecimento da existência da diferença entre homens e mulheres e a reivindicação de que essa diferença seja tratada com equidade e não como justificativa para hierarquia entre os sexos; a denúncia de que a experiência dos homens tem sido privilegiada ao longo da história enquanto que a das mulheres tem sido negligenciada, silenciada e desvalorizada; as práticas de poder predominantemente masculinas cujos alvos principais são as mulheres e seus corpos; a centralidade da articulação de todos esses elementos é o conceito “gênero”.

Entretanto, difícil definir o que seja gênero, pois, implicado no feminismo, é um constructo cuja conceituação envolve tensão e disputa, porém uma noção geral do conceito pode ser encontrada no trabalho de Joan Scott que publicou o artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (Scott, 1995). Ela dialogou com toda uma diversificada tradição de pesquisa multidisciplinar que investigava as diferenças entre homens e mulheres: como são explicadas, ou justificadas, e as implicações e usos que dessa diferença tem na construção das relações entre os sujeitos e na organização social. Ela propõe esse diálogo a partir da influência de autores pós-estruturalistas o que implica dizer que ela lança mão do método da desconstrução de J. Derrida (1930-2004) e da análise dos discursos de saber/poder de M. Foucault (1926-1984). Em linhas gerais, essa perspectiva epistemológica realiza uma investigação cuja metodologia parte do questionamento da naturalização dos discursos de *verdade*, realizando uma análise histórica, cultural, linguística, documental não dos fenômenos a fim de extrair uma “verdade” deles, mas sim dos discursos e tecnologias que são construídas e propostas envoltas na compreensão de terem apreendido uma *verdade*. Assim, Scott acaba propondo que a própria investigação das diferenças entre homens e mulheres não é neutra, mas está implicada em compreensões de mundo que já orientam o que é ser homem ou mulher, concepções que ao invés de serem elucidadas pelos estudos, são elas que os tornam possíveis. O que a autora propõe não é uma tautologia, ela está interessada em elucidar que gênero é uma percepção da diferença entre homens e mulheres que hierarquiza os sujeitos nas relações e que é construída a partir dos elementos que constroem a sociedade e não apenas os nossos corpos.

O trabalho de Scott acaba por ser uma elaboração que dialoga com o de G. Rubin (Rubin, 1975). A antropóloga é responsável pela proposição do “sistema sexo-gênero” cuja proposição é de que as noções que orientam as relações entre homens e mulheres são culturalmente estabelecidas, mas biologicamente justificadas. Investigações antropológicas indicam que o modo de se comportar, de pensar, de lidar com a afetividade de homens e de mulheres, muda conforme a cultura e a época histórica. Pesquisadoras como Margaret Mead (1901-1978) e Marilyn Strathern (1941) desenvolveram trabalhos que explicitaram como ocorria a interação entre homens e mulheres em culturas não ocidentalizadas e descreveram sociedades as quais o estereótipo masculino e feminino ocidental (qual seja, por exemplo, a agressividade no homem, e a propensão ao cuidado na mulher) não era encontrado. Disso, decorre a constatação de que aquilo que determina tais comportamentos não podem estar determinados e explicados unicamente no ponto de vista biológico – para se compreender a subjetividade e as relações dos sujeitos, é necessário levar em consideração também a cosmogonia em questão.

O que o sistema sexo-gênero então desvela é que o primeiro aspecto usado para justificar as diferenças de gênero: o sexo ou o aspecto biológico dos corpos que é determinado pela genética, pelos hormônios, etc., diz respeito a uma orientação cultural e histórica, um modo de ver o mundo. Em outras palavras, a ideia de que em última instância a compreensão de natureza humana que se deve adotar é aquela indicada pela biologia é uma compreensão circunscrita em forças hegemônicas e historicamente implicadas (Chanter, 2011). A “verdade” implicada em condições históricas, políticas, econômicas, linguísticas é um tema amplamente estudado nas teorias de conhecimento incluindo (Nietzsche, 1881) F. Nietzsche com *Gaia Ciência* (1881), (Foucault, 1961) com a análise genealógica da loucura, (Popper, 2013), etc. Na ampla maioria dos autores, o que se concebe é a noção de que os discursos que representam a verdade científica nada mais são do que a expressão de uma cosmovisão localizada em determinado momento histórico. Com isso, conceber a *verdade* sobre diferença sexual está implicado na compreensão de corpo, de diferença, de sexo e de *verdade*. Este debate é importante uma vez que, é a partir dessa noção de “verdade da diferença” que as próprias subjetividades dos sujeitos são organizadas e orientadas.

O uso do conceito gênero está intimamente atrelado ao esforço acadêmico e de mobilização política em reivindicar paridade entre o masculino e o feminino a

partir da argumentação de que as diferenças biológicas não são as únicas (e últimas) determinantes nas diferenças sociais e, por isso, não deveriam ser usadas para criar e justificar essa hierarquia da diferença estruturada e representada em discursos patriarcais e machistas e heteronormativos e em violências misóginas; é sempre válido lembrar análises como a de (Engels, 2019) que mostra como a origem das sociedades burguesas é marcada e orientada por práticas de submissão da mulher ao homem. Desse modo, a desconstrução da diferença de gênero ancorada na biologia permitiria uma reivindicação de participação em atividades centrais para a identidade política moderna, tais como: direito de assumir um papel na política; direito à representação política; direito à educação; direito à autodeterminação; direito a propriedade legal e de transmitir herança (Chanter, 2011). Muito dos argumentos que respaldavam a negação desses direitos às mulheres se pautava em elaborações sobre a natureza feminina que a colocava em posição hierárquica inferior à masculina. Dizia-se, então, que mulheres tem temperamento inadequado para a vida pública, tem pouca inclinação/vocação para inteligência e que a função social fundamental estava relacionada ao compromisso com a prole. Há, portanto um aporte em uma compreensão de feminino a partir da biologia, da religião (judaico-cristã), da moral e do direito patriarcal que define por meio da natureza sexual os papéis que as pessoas desempenham, e os direitos sociais que tem acesso, e no que diz respeito às mulheres, sua função última e primeira é a reprodução.

1.2 Sobre a Maternidade

Ao publicar *O segundo Sexo*, (Beauvoir, 1949) faz uma contundente crítica ao momento de pós-guerra que se centrava em propostas que objetivavam a restrição das atividades das mulheres, centrando-as nas atividades de maternidade e cuidado (do lar, dos filhos e do marido) o que as excluía da vida pública e da exploração de suas possibilidades em outras frentes de existência que não apenas as circunscritas à esfera doméstica e privadas. A autora denuncia que não há elemento constitutivo que obrigue uma mulher a engravidar e cuidar dos filhos, isso é uma possibilidade de uma escolha pessoal, que não é mais nem menos importante que outras possibilidades de escolhas. Essa *escolha*, entretanto, pode ser cerceada e limitada nas relações sociais, o que demonstra que mesmo os aspectos mais íntimos da

experiência subjetiva, expressam a realidade relacional na qual a subjetividade se estrutura. Com isso, a autora inicia o movimento de superação do feminismo igualitarista – aquele que defendia sem muita crítica a ideia de que homem e mulher são instâncias fundamentalmente iguais – e passa a contribuir para o movimento feminista identitarista que tem como uma das propostas centrais politizar questões privadas (Scavone, 2001). A maternidade aparece como um exemplo central dessas questões por implicar numa narrativa de destino biológico que determina um destino social – e também subjetivo – para as mulheres.

Scavone (2001) argumenta que a constatação da evidência biológica que é a maternidade tornou-a um elemento chave para explicação da dominação do masculino sobre o feminino. Em decorrência disso, num primeiro momento há a proposição de que recusar a maternidade seria um modo de subverter essa dominação, daí se tem a retomada de antigas reivindicações (já presentes nos movimentos feministas do século XIX) como o direito ao aborto, e novas, como a luta pelo direito à pílula contraceptiva. Conforme Bandinter (1980) a crítica dirigia-se a ideia da maternidade como um instinto das mulheres e o “amor materno” sendo uma realidade incontornável. O objetivo era promover o direito à livre escolha da maternidade e com isso romper o destino da vida doméstica e privada alçando à liberdade para autodeterminação e igualdade social.

Num segundo momento, essa lógica foi invertida e a maternidade passou a ser compreendida como “um poder insubstituível, o qual só as mulheres possuem e os homens invejam” (Scavone, 2001, p. 140). Nesse sentido, a reflexão vai em direção a um diálogo com a psicanálise e as ciências sociais que relacionam noções de maternidade a uma espécie de saber e de experiência feminina – para além das implicações médicas – o que fortalece uma noção feminista a partir da diferença marcada não apenas no corpo, mas estendendo a uma noção paradigmática sobre a existência. Scavone (2001) argumenta que há também um terceiro momento, neste a maternidade passa a ser reconhecida como um conjunto de sentidos e práticas determinados por relações culturais de saber/poder, o que visa a superação de noções essencialistas que relacionam maternidade e feminino. Enfim, esses três momentos acabam revelando contradições sobre os sentidos de maternidade que demonstram o quanto tais sentidos são conjunturalmente determinados, disso decorre que compreender a dominação masculina sobre o feminino está mais implicado em análise sobre o modo de se relacionar do que da biologia dos corpos.

Contrastando com isso, para (Resende, 2017) a história da reflexão e pesquisa sobre a maternidade revela que ela se trata de uma “construção social enraizada simbolicamente”, o que significa dizer que o sentido da relação mãe-crianças é determinado pelas relações históricas e culturais – e está implicado também no modelo de organização institucional familiar. O que se pode compreender disso é que maternidade diz respeito a um conjunto de práticas e de valores presente nas relações entre as pessoas, desse modo a reflexão sobre o “lugar da mãe” é também uma reflexão sobre o “lugar do pai”, quais práticas são exercidas por cada um, o que se espera dos sujeitos comprometidos com esses papéis e como os indivíduos são dialeticamente definidos dentro destes discursos e dessas práticas.

Coerente a isto, está a reflexão sobre a maternidade é como ela pode servir de justificativa para o controle e a determinação do corpo feminino: as tecnologias tanto conceptivas como contraceptivas prescrevem rotinas, práticas e avaliações que envolvidas na noção de preservação e promoção da fertilidade impõem um modelo de rotina, de expectativas quanto ao corpo e à saúde mental e de cuidado que refletem de maneira contundente as reflexões sobre biopoder de M. Foucault (Pereira & Cardoso, 2018), esse aspecto fica particularmente evidente na obra *The Handmaid's Tale*.

2 THE HANDMAID'S TALE

A série conta uma história em um futuro distópico em que as taxas de fertilidade têm queda vertiginosa. Num atentado terrorista o Presidente dos Estados Unidos e grande parte dos políticos eleitos acabam sendo assassinados, com isso acende ao governo um grupo fascista que instaura o regime totalitário da República de Gileade, um governo exclusivamente masculino e cristão ultraconservador que promete combater o problema da taxa de natalidade em queda e a poluição do ambiente (principal justificativa para a infertilidade). O que se realiza então é uma total reorganização social a partir de princípios judaico-cristãos (especialmente do Antigo Testamento) na qual as pessoas são divididas em categorias.

A quase total infertilidade em todo o mundo acaba por resultar nos sequestros das poucas mulheres férteis que ainda há nos Estados Unidos, em Gileade elas servirão como ‘Aias’. De acordo com uma interpretação de uma passagem bíblica

elas são colocadas em casas das elites governantes, que as obrigam a participar de rituais em que são forçadas a serem usadas sexualmente – explicitamente um estupro – pelos homens chefes das casas, com a ajuda de suas respectivas esposas, para engravidar e gerar filhos para aquela família aonde estão instaladas.

O enredo é descrito em primeira pessoa por Offred (literalmente Of-Fred, que significa De-Fred. Fred é o nome do comandante da casa em que Offred serve). Inseridos também algumas memórias de Offred de como era sua vida antes e durante o começo do golpe, quando todos os direitos das minorias e em especial das mulheres começaram a ser retirados. Nessas memórias também é mostrada a perda de toda sua autonomia para seu cônjuge e uma tentativa infrutífera de fugir dos Estados Unidos com sua família para o Canadá. No decorrer da série Offred tenta sobreviver e encontrar a filha, que lhe foi tirada dela durante o sequestro, para que juntas pudessem fugir e encontrar o marido fora de Gileade.

3 ANÁLISE DA OBRA

Como apontado, a obra: *The Handmaid's Tale*, inspirou inúmeros trabalhos acadêmicos, ensaios e críticas que a abordaram de diferentes perspectivas. Este trabalho centrará a análise no que se refere a aspectos de concepção de padrões de gênero dentro de Gilead e na temática da maternidade – partiremos deste recorte entendendo que ele é capaz de abranger elementos fundamentais para compreender criticamente as dinâmicas de gênero na obra e, de maneira alusiva, em nossa contemporaneidade.

3.1 Relações de Gênero em *The Handmaid's Tale*

No sistema sexo-gênero que arquiteta as relações sociais, construindo uma hierarquia entre os gêneros se justifica na diferenciação sexual e biológica ao mesmo tempo em que, dialeticamente, orienta a compreensão dessa diferenciação. Esse sistema que também pode ser definido como Patriarcado (Saffioti, 1992) se constitui em uma sistemática dominação e exploração da mulher por meio da institucionalização da violência. Saffioti (1987) argumenta que a ameaça de violência contra as mulheres tem efeito simbólico e resulta na postura de submissão para com os homens. Analisar essa ameaça de violência nos coloca no caminho de

compreender a relação complexa de dominação do sistema patriarcal: a submissão das mulheres em relação aos homens encontra justificativas na compleição distinta dos sexos, ou seja, parte da corporeidade para determinar a posição subjetiva e política dos gêneros; e é também na corporeidade que, em última instância, se realiza a violência contra as mulheres, especialmente sob forma de violência sexual. Tal forma de violência está profundamente atrelada à função atribuída à mulher: a reprodução e o prazer sexual masculino.

Conforme apresentado, a narrativa conta a história de Gilead, um Regime Teocrático que emerge a partir de um golpe militar justificado como sendo uma tentativa de reestabelecer a ordem social que era ameaçada fundamentalmente pela baixa taxa de natalidade e pela destruição do meio ambiente. O tipo de ameaça que Gilead pretende combater é elementar para o fundamento ideológico que sustentará o Regime, pois dele decorre o tipo de “solução” proposta.

Na obra, entende-se que a baixa taxa de natalidade é decorrente do comportamento individual dos sujeitos (em especial das mulheres) que assumem um modo de vida centrado na realização de liberdades individuais que as torna não comprometidas com o que é defendido como sendo “o lugar da mulher” – não por acaso, na história é publicado um livro cujo nome é exatamente “O lugar da mulher” e que serve para fundamentar a ideologia que se tornará hegemônica no Estado de Gilead. Neste livro é defendido que o real papel social, biológico, psicológico, espiritual e moral das mulheres é gerar e criar filhos, entendendo que toda atividade que a aliene desta tarefa é em algum nível subversiva.

O raciocínio é então, de que as mulheres não estão comprometidas com valores que as tornem aptas e interessadas em gerar e criar filhos; este aspecto somado à poluição ambiental resultou na baixa fertilidade dos casais (ou das mulheres); é então necessário criar uma sociedade em que os valores serão respeitados e seguidos de modo que reestabelecer a fertilidade da humanidade. Os valores em questão são aqueles resultantes de uma leitura caduca da Bíblia, focada nas prerrogativas sociais do Antigo Testamento. Gilead então emerge como uma sociedade patriarcal, estratificada, teocrática, autoritária e militar. Entender a estrutura de funcionamento dessa sociedade permite alcançar inteligibilidades sobre as relações de gênero e de poder que nela ocorrem.

A identidade e função social estão imbricadas uma na outra em Gilead. Elas são determinadas pelo sexo da pessoa e pela adequação que ela tem aos valores

do regime (adequação esta que é determinada pelas ações da pessoa antes do golpe que levou ao Regime). Conforme o sexo pode dizer que de maneira geral todas as atividades públicas – e as ações a elas concernentes – eram destinadas aos homens, portanto apenas eles poderiam ler, escrever, dirigir, lidar com dinheiro e economia, estudar (para além de uma formação técnica comprometida com o regime), trabalhar, portar armas. Bem por isso, era direito exclusivo deles a possibilidade de livre circulação, o acesso a arte, e outros bens culturais que são oficialmente ilegais em Gilead, além do fato de ser a eles destinado o cuidado doméstico e alimentar.

A série mostra que em Gilead os homens podem ter duas funções: ou são membros do Estado, exercendo funções técnicas, burocráticas e militares – cujo tipo de vida é determinado pela patente, sendo os Comandantes o mais alto cargo, o que lhes dá o direito de ter “aias” – ou são trabalhadores de classe baixa que de algum modo não infringiram as rígidas normas do Regime – estes vivem com menos luxo e não tem direito a uma “aia”. Homens que foram contrários ao Regime e/ou que exerciam profissões liberais antes de Gilead, como médicos, cientistas, jornalistas e professores bem como religiosos foram todos perseguidos e mortos durante o golpe.

Já com as mulheres as atribuições eram todas aquelas circunscritas à esfera doméstica, com exceção das “tias”. Começamos pelas Esposas, essas eram as mulheres unidas em matrimônio com os Comandantes e outros homens do Estado, tinham a função de permanecer em casa fazendo trabalhos como crochê e jardinagem aguardando a oportunidade de criar filhos. As Esposas podiam interagir entre si e reunir em ocasiões com a prática dos chás e jantares, eventos típicos da época. Seguidamente, temos as Martas, mulheres solteiras que realizam o trabalho de governança na casa dos Comandantes (na série elas acabam por criar uma rede de resistência a Gilead, porém não é explicitada a rotina de circulação delas fora das casas; supõe-se que obrigatoriamente devem estar circunscritas ao ambiente doméstico).

Há também as Aias que são mulheres cuja vida pregressa a Gilead é marcada por algum tipo de “traição ao gênero”, uma expressão usada para descrever toda uma gama de ações que estariam fora da prerrogativa de uma mulher fiel aos mandamentos teológicos do Regime, como por exemplo, cometer adultério, aborto, divórcio, e manifestar comportamento afetivo-sexual não heterossexual. Além disso, essas mulheres são comprovadamente férteis, uma vez

que todas tiveram gestações bem-sucedidas antes do golpe. É contra as aias que as mais significativas ações de opressão por gênero acontecem. Elas devem permanecer num quarto dentro da casa dos Comandantes, podem sair para se alimentar e tem direito a um passeio público diário no qual devem obrigatoriamente ir ao mercado buscar mantimentos. Até mesmo os caminhos que usam para fazer o trajeto são monitorados. Elas são alimentadas e treinadas para servirem em um ritual de concepção em que devem ser penetradas pelos Comandantes enquanto são seguradas pelas Esposas.

O ritual que é efetivamente um estupro deve ser realizado mensalmente, sendo interrompido apenas quando a aia engravida. Durante a gestação ela é sistematicamente monitorada, após o parto ela deve permanecer na casa durante o período de amamentação e depois do desmame, realocadas na casa de outro Comandante para realizar o mesmo serviço. É simbólico que a cada mudança de casa a “aia” troque também o nome, lhe sendo atribuído um que faça explícita referência ao Comandante servido da vez.

No livro elas são descritas como “úteros com pernas” e não possuem direitos individuais, lhes sendo garantidos apenas os cuidados fundamentais para que permaneçam aptas para a função que exercem. Temos também as Tias, que são as mulheres responsáveis para treinar e disciplinar as Aias. A elas são dados os direitos de escrever e de ler, sendo essas ações usadas exclusivamente no trabalho junto as Aias. Elas também são responsáveis pela punição imputada a Aias que demonstrarem comportamento rebelde. Por fim, há as “Jezebels”, que são mulheres infratoras, estas são obrigadas a se prostituírem em bordéis clandestinos mantidos pelo Estado de Gilead – ou isso, ou são enviadas para campos de trabalhos forçados, o que na obra significa virtualmente a morte.

Partindo dos elementos explicitados, podemos encontrar alinhavos entre o que a obra descreve e as reflexões das teorias feministas de análise das relações de gênero. O primeiro elemento importante a ser destacado é a divisão das funções conforme o sexo. Biroli (2016) descreve que a divisão sexual do trabalho está na base da hierarquia entre os gêneros na sociedade moderna e contemporânea, se trata da noção fundamental de que há trabalhos e tarefas que devem ser realizados exclusivamente por homens em contraposição àqueles que devem ser realizados por mulheres. Para, além disso, os trabalhos realizados por homens são compreendidos como mais importantes, mais complexos, mais significativos, mais

impactantes na sociedade. Ao contrário, o trabalho realizado por mulheres é simples, serviçal, pouco criativo, simbolicamente nulo e voltado à manutenção e cuidado. Não obstante, essa atribuição de trabalho conforme o sexo é justificado no próprio aspecto biológico da diferença sexual, sugerindo uma tautologia. Isso posto, implicaria na atribuição de padronização dos comportamentos e atribuições sociais dos gêneros.

Historicamente, a divisão sexual do trabalho resultou na menor remuneração às mulheres por realizarem trabalhos similares aos dos homens, na prerrogativa delas se responsabilizarem pela labuta doméstica e criação de filhos, na restrição à educação formal de mulheres e ao preconceito contra pessoas que exercem funções fora do escopo de gênero adequado; em suma, restringem o acesso de mulheres a renda, a tempo livre e a participação política. Na obra não apenas a função social é determinada pelo sexo da pessoa, mas também os direitos civis que lhes são acessíveis (claro que por se tratar de um regime autoritário e teocrático, a noção de direito individual conforme estabelecida pelas sociedades liberais em meados do século XX não é praticada) e, no limite, a possibilidade de viver ou morrer. Coadunado com a compreensão de divisão sexual do trabalho está a noção que imputa aos gêneros diferentes tipos de acesso às esferas públicas e privadas do cotidiano. E, exemplo do que denunciaram feministas da segunda onda (Praum, 2011), os estereótipos de gênero circunscrevem homens e mulheres em diferentes estatutos da experiência cotidiana, reservando aos homens a esfera pública (aonde acontece o trabalho remunerado, as disputas políticas, o lazer coletivo, etc) e por isso, lhes permitindo poder e acesso a serviços em níveis mais ampliados e privilegiados do que as mulheres que estão, por sua vez, restritas a esfera privada (do trabalho doméstico não remunerado, da criação informal dos filhos, da restrição à formação intelectual e acadêmica, etc). Na série isso fica evidente com a maioria das mulheres realizando suas atividades em casa e os homens exercendo todas as atividades públicas, políticas e de trabalho.

Essa rotina restrita ao ambiente doméstico implica em controle que é exercido sobre as mulheres em relação a seus corpos. Isso fica evidente no caso das “aias” que são efetivamente desapropriadas da identidade individual, o que fica evidente, por exemplo, nas punições que elas sofrem. Conforme a “aia” apresenta resistência à doutrinação de Gilead ela é punida com surra, choques, extirpação de partes do corpo, queimaduras, cárcere e isolamento (causa choque uma cena em que uma aia

aparece com anéis prendendo os lábios impedindo-a de falar). Esse tipo de tortura está diretamente conectado às práticas escravocratas, ao Holocausto Judeu, as torturas das ditaduras pós-Segunda Guerra Mundial, etc, e denuncia uma compreensão de pessoa esvaziada de direitos individuais (como o direito à vida) que estes modelos estatais praticavam. Com efeito, em Gilead as “aias” são escravas da reprodução, esvaziadas de subjetividade, servindo ao Estado por meio da gestação de filhos para os Comandantes. Se por um lado, essas práticas parecem distantes da compreensão de sujeito adotada nas democracias representativas preponderantes especialmente no mundo Ocidental, elas possuem elementos também presentes em nossa contemporaneidade.

O controle e a disciplina sobre os sujeitos feitos como ameaça à integridade física por conta de comportamentos que denunciem uma subjetividade avessam à normativa hegemônica é um aspecto elementar naquilo que Foucault denunciou como Biopoder (Martins & Peixoto, 2009). Para o autor, poder não exerce uma natureza repressora nas sociedades modernas e contemporâneas, mas sim criadora no sentido de orientar, de criar condições, de exigir um tipo de construção subjetiva dos sujeitos. Estes não seriam mais oprimidos por instituições como o Judiciário ou a Religião, mas seriam orientados no modo de agir com protocolos construídos a partir de discursos de saber. Assim, ao invés de ter sua natureza controlada pela sociedade, no biopoder o sujeito compreende a si mesmo a partir dos discursos de poder/saber que engendram as relações sociais. Essa influência não se daria apenas em termos ideológicos e abstratos, mas se faria efetiva na cotidianidade das relações humanas tanto no que se refere à interação intersubjetiva quanto ao solilóquio, se fazendo sentir nas experiências que a pessoa tem com o próprio corpo e com o próprio desejo.

Pereira & Cardoso (2018) discutem esse elemento do biopoder em *The Handmaid's Tale*, mostrando que isso aparece na compreensão de que a maternidade não é uma escolha pessoal, mas sim uma função social para a qual todas as mulheres (mesmo aquelas inférteis ou não interessadas) estão destinadas. O controle virulento que se faz ao corpo das “aias” apenas reflete uma tentativa de coagir também os pensamentos ao lhe imputar valores morais que as descrevem como pessoas em busca da remissão dos pecados ou agraciadas com a possibilidade de gerar filhos.

Por fim, outro elemento também fundamental para se pensar a relação de poder entre os gêneros em *The Handmaid's Tale* é o estupro. Como já foram apresentadas, na história as “aias” sofrem estupros mensais, uma prática institucionalizada. Além de ser uma explicitação da objetificação das “aias” com a justificativa de que se trata de um ritual de concepção bíblico, esse estupro também serve como coação para as outras mulheres, já que uma das condenações que Esposas, Martas e Tias podem receber por infringirem as leis de Gilead é a de serem transformadas em “aias” (ou em prostitutas já que, como foi dito, ser designada para o prostíbulo também é uma punição praticada por Gilead). O estupro é uma espécie de ato institucional das culturas patriarcais que garantem, dentro dessas culturas, a hegemonia masculina. Souza (2017) fala de cultura do estupro para se referir a toda uma construção ideológica que faz dessa violência um modo de regular o comportamento das mulheres restringindo-as a um status inferior aos homens. Nessa cultura, a violência sexual é relativizada ao imputar culpa à vítima, poupar o agressor de punições jurídicas, apontar elementos que justifiquem essa violência, e até em atribuir sentido e função para ela (como quando se supõe que uma mulher lésbica assim o é porque não teve uma experiência sexual adequada com um homem ou quando se celebra a punição com estupro realizada em penitenciárias). Em *The Handmaid's Tale* essa cultura pode ser encontrada manifesta no fato de que a concepção é o único elemento que realmente importa do ato sexual fazendo com que as circunstâncias em que ele aconteça, sejam irrelevantes (isso aparece não apenas na institucionalização do ritual de concepção, mas também na cena em que Serena Joy depois de várias cerimônias infrutíferas, “sugere” que a Offred faça sexo com o motorista para, por fim engravidar) ou no prostíbulo em que o foco é o prazer sexual dos homens, ou ainda nas punições aplicadas a pessoas que se unem sexualmente fora do matrimônio, ou, por fim, na personagem pré-adolescente que, uma vez casada, recebe unicamente a orientação de que deve se deixar penetrar pelo marido para ter filhos dele. Com efeito, a concepção, a gestação e a maternidade são elementos fundamentais para a construção das relações de gênero em Gilead, nesse sentido, refletir sobre as construções discursivas sobre a maternidade (que vão além dos aspectos biológicos) está implicado numa crítica que abarca a violência sexual usada como prerrogativa no sistema patriarcal.

3.2 A maternidade

Conforme já foi explanado, a compreensão dos fenômenos implicados no sistema sexo-gênero abarca a noção de que se trata de uma realidade construída conjuntamente, pautada nos discursos normativos que emergem em cada tempo histórico e cultural. Assim, pensar sobre a maternidade não é apenas elaborar uma análise sobre os aspectos biológicos e psicológicos que ocorrem nesta experiência, mas sim entender os processos discursivos que nos permitem produzir um entendimento sobre tal experiência, portanto, implica em refletir sobre os aspectos culturais, políticos, econômicos que se articulam no entendimento que produzimos sobre a maternidade. Kaplan (1992) apresenta uma pertinente análise a sobre maternidade pautada em mudanças de contextos cultural. A autora argumenta que no período da Revolução Industrial emerge a necessidade de que mulheres (bem como crianças) participarem do processo produtivo fabril, este contexto, dialeticamente, acaba fortalecendo a noção sustentada por J.J. Rousseau (1712-1778) de que as mulheres e os homens têm funções sociais distintas baseadas na diferença biológica e que por isso devem receber educação e tratamento também distintos. O segundo marco apontado por Kaplan (1992) é a Primeira Guerra Mundial: neste período as mulheres assumiram várias funções sociais da esfera pública (seja no processo produtivo, na prestação de serviços e na organização política) dada à ausência sistemática de homens enviados às batalhas. Findada a guerra, emerge o embate que implica no retorno das mulheres à vida privada enquanto os homens reassumem suas funções na esfera pública. Esse “retorno” à função de cuidadora do lar é questionado por teóricas feministas de primeira onda que passam a reivindicar a participação na esfera pública, lutando por direitos civis restritos aos homens como o direito ao voto. Neste contexto, a figura da “mãe moderna” surge como reação às reivindicações das feministas, criando o estereótipo de mãe perfeita como sendo aquela que livremente opta pela dedicação integral ao cuidado dos filhos. Por fim, o terceiro marco apontado pela autora é o do mundo pós-Segunda Guerra Mundial que vivenciou uma profunda transformação tecnológica bem como a emergência de movimentos de contracultura concomitante à segunda onda feminista. Tal período é marcado pelo questionamento não apenas

do papel da mulher, mas de toda a estrutura da família nuclear, bem como da sociedade de consumo e de exploração do trabalho; o feminismo emerge como movimento que denuncia as relações desiguais entre homens e mulheres e passam a reivindicar a autonomia também na esfera privada, simbolizada pela livre decisão sobre o corpo, a sexualidade e a maternidade.

Outro aspecto analisado por Kaplar são os discursos de saber produzidos sobre a maternidade, como por exemplo, a psicanálise. Coadunado com J. Kristeva (1941), K Horney (1885-1952) entre outras, Kaplar argumenta que dentro da teoria psicanalítica de um modo geral entende-se que o papel que a mãe tem no processo de formação psicológico dos filhos é centralizado na problemática da aceitação/rejeição que informa que o sucesso da formação da estrutura psíquica e sexual das pessoas é dependente da postura que mãe adota no processo de maternidade. Para as autoras, além dessa sobrecarga que corrobora a naturalização da mulher como a responsável pela criação dos filhos, a psicanálise é uma forma de conhecimento produzida fundamentalmente pelo olhar de homens de modo que o falocentrismo presente na teoria se estende para a compreensão geral das relações dos sujeitos. Dito de outro modo, é como se fosse excluída da teoria qualquer possibilidade de abarcar um paradigma feminino na leitura dos fenômenos analisados.

Ainda sobre as reflexões de Kaplar (citado por Graton, 2018) é importante destacar que a autora argumenta que tais compreensões de maternidade e de mãe se entrelaçam e se reproduzem nos produtos culturais que servem de referência no processo de subjetivação dos indivíduos. Assim, na cultura está expressa essas diversas noções de maternidade organizadas em diferentes tipos de discursos que podem ser considerados a partir da relação que eles estabelecem com a manutenção ou superação dos estereótipos opressores. A autora destaca os três tipos: o discurso cúmplice – que visa a manutenção do status subalterno imposto às mulheres; o discurso de resistência – voltado para mulheres no intuito de valorizar as experiências destas e desprivilegiar o olhar masculino sobre o fenômeno; e o discurso pós-moderno – que permite abranger outros tipos de identidades maternas como a mãe lésbica, adotiva, o pai que exerce cuidados e as mulheres que não querem ser mães. Em *The Handmaid's Tale* pode-se encontrar os dois primeiros discursos (Graton, 2018) uma vez que ao apresentar a natalidade como problema e, portanto, justificativa para os eventos que culminam na ascensão de Gilead coloca-

se a biologia feminina no centro da questão moral do livro, pois é a partir dessa compreensão que se articula a exploração e escravização das mulheres, em última instância é a maternidade que justifica o modo como as mulheres são tratadas em Gilead – mas é também a maternidade que inspira resistência.

A primeira forma de descrever a maternidade que se destaca em *The Handmaid's Tale* é a noção de que se trata de um destino biológico inalienável, ou seja, todas as mulheres vivem em algum nível, para a maternidade. Iniciando pelas “aias” que são “úteros com pernas”, passando pelas “esposas” que vivem aguardando a maternidade, chegando às “martas” que devem fazer o serviço doméstico deixando as mulheres férteis poupadas para gestar, incluindo as “tias” que devem fazer o treinamento e fiscalização das “aias”. Essa compreensão discursiva encontra eco na nossa sociedade no conceito de “instinto materno”, que se trata de um conjunto de compreensões sobre as mulheres que torna o papel de mãe a expressão fundamental do feminino (Butler, 2003).

Articulada à primeira forma de descrever a maternidade está a justificativa para a violência. No afã de construir uma sociedade que reverta as baixas taxas de natalidade, são realizadas violências de toda natureza com o respaldo dos cidadãos, pautada na justificativa de que a concepção, a gestação e a maternidade são fins superiores que tornariam as violências efeitos colaterais necessários. Tal noção de que a maternidade justifica as violências sofridas pelas mulheres está presente também na nossa cultura, por exemplo, nas violências obstétricas tal qual episiotomia.

Não se pode deixar de considerar que Gilead era um estado teocrático e por isso o papel da religião tem centralidade nos discursos de poder desta ditadura. A noção de papel sagrado também está articulada na compreensão de maternidade que a obra apresenta. A ideia de que a capacidade de gestar conecta a mulher ao status divino “daquela que dá a vida” corrobora para a supressão da noção de que a maternidade é uma escolha pessoal. Além disso, atribui o estigma de pecadora a qualquer mulher que abdique de tal papel, não por acaso uma importante personagem da história foi condenada a ser “aia” depois de ter abordado uma gestação que foi resultante de estupro. A ideia é bastante evidente: não importa a experiência pela qual a mulher passou que resultou na gravidez, a gestação é sagrada porque é a realização de um desejo divino que só pode ser cumprido por uma mulher.

Em oposição, porém, na obra a maternidade também aparece como um discurso de resistência e empoderamento (Graton, 2018). São exemplos disso: em torno de “aias” grávidas surge um movimento chamado “Mayday” que visa tirar mulheres grávidas e crianças de Gilead; a motivação da protagonista é a de reencontrar e resgatar a filha com quem vivia antes do golpe de estado; e a noção de que a ligação entre a mãe que gesta e a criança gestada transcende a distância imposta pelas leis de Gilead. Nestes três exemplos, encontram-se os discursos de maternidades articulados como forma de resistir a opressão e não como justificativa para esta. No limite, isso corrobora para a noção de que o fenômeno tem uma inegável natureza discursiva que não é cristalizada, mas que se transforma conforme o uso feito do discurso. Entretanto, contraditoriamente, é para a noção essencialista sobre a maternidade que se retorna tanto para usá-la como justificativa para a opressão quando como modo de resistência.

4 CONCLUSÃO

The Handmaid’s Tale funciona como uma narrativa ficcional, tendo em vista que um dos méritos é expor situações limites para demonstrar elementos fundamentais da nossa cultura, causando desconforto exatamente por fragilizar a noção de que aquela ficção não acontece nesta realidade. Refletir sobre The Handmaid’s Tale é ponderar sobre disposições que parecem ameaçar as conquistas e as transformações alcançadas nas últimas décadas, é disso que se trata uma distopia: enxergar como possibilidade de futuro o passado superado. O universo de The Handmaid’s Tale parece reportar a sociedades medievais, teocráticas, militarizadas e autoritárias nas quais os direitos humanos e os direitos de minorias oprimidas simplesmente não entravam na pauta política e cultural com força o suficiente para provocar rupturas, mas, antes, para justificar a violência institucionalizada. Apesar de vivermos hoje em uma sociedade que pauta os direitos humanos e que se esforça em vê-los resguardados para todas as pessoas, permanece o fato de também vivermos em uma sociedade que possui elementos dos quais podem decorrer o retorno ao passado: da luta por estabelecer direitos decorre a luta por mantê-los e por fazê-los serem cumpridos. É esse o grande mérito de The Handmaid’s Tale, nos recordar que se o passado for considerado superado ele se torna o futuro, o esforço de transformar a sociedade jamais deve cessar.

Além disso, é também mérito da obra, denunciar o extremismo das ações que alguns discursos podem gerar. No que concerne a temática deste trabalho, a partir da obra é possível analisar as implicações de discursos sobre gênero como justificativa para a supressão de direitos individuais, o que ajuda a orientar a reflexão sobre esses discursos na nossa sociedade. É com esta perspectiva que foi possível analisar a dialética presente entre o estabelecimento de padrões de gênero e a construção de um modelo de sociedade, de governo e de Estado. Nesse sentido, a obra funciona como alegoria da nossa contemporaneidade – a problemática da ficção é análoga a da realidade.

O esforço de encerrar este trabalho não é tanto o de reconhecer e apontar os limites e as lacunas que a reflexão apresentada possui – porque entendemos que tais aspectos são inerentes a análise e, por isso, funcionam como um convite para novas reflexões. A preocupação final é a de destacar a grande importância da constante reflexão crítica sobre os usos que fazemos dos discursos e os usos que os discursos fazem de nós, reconhecendo a disputa intrínseca presente na dualidade da autonomia individual com a convivência colaborativa comunitária.

REFERÊNCIAS

- Andrade, F. A. T., (2020). A Ira de Deus em *The Handmaid's Tale*. Recepção literária e mídias: uma breve análise de *the handmaid's tale*. *Estação Literária*, 24, p. 88-98
- Atwood, M. E. (1985). *O conto da aia. The Handmaid's Tale*. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- Badinter, E. (1980). *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Brasil.
- Beauvoir, S. (1980). *O Segundo Sexo: a Experiência Vivida*, (v. 2). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Beauvoir, S. (2009). *A força das coisas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Biroli, F., (2016). *Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. Dados*, 59(3), 719-754.
- Butler, J. (1990). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da indenidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Costa, E. B., & Dalbosco, C. N., (2018) “*The Handmaid's Tale: sobre mulheres e suas histórias?*”. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares

da Comunicação XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Cascavel, PR, Brasil.

- Cruz, L. A., (2007). *Crítica Epistemológica Do Feminismo*. III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. São Luís – MA.
- Cyfer, I. (2015). *Afinal o que é ser mulher? Simone de Beauvoir e “A questão do sujeito” na teoria crítica feminista*. In: Lua Nova, n. 94, São Paulo.
- Dyna, J. P., (2019). *The Handmaid's tale: uma perspectiva sobre poder e gênero*. Dissertação de Mestrado, PUC, Campinas.
- Flax, J. (1992). *Pós Modernismo e relação de gênero na teoria feminista*. In: Heloísa Buarque de Holanda. Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco.
- Foucault, M. (1978). *História da loucura na idade clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 1. ed. São Paulo: Perspectiva.
- Gergen, J. K. (1999). A crítica feminista da ciência e o desafio da epistemologia social. In: *The conceptual practices of power: a feminist sociology of knowledge*. Toronto: Press.
- Graton, L. A. (2018). *Abençoado seja o fruto: a representação da maternidade na série The Handmaid's Tale*. Dissertação de graduação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Hilferding, M. (1991). *As bases do amor materno*. Tradução. Teresa Pinheiro. São Paulo: Escuta, p. 89-134.
- Horney, K. (1993). *Feminine psychology*. (3a ed.). New York: W. W. Norton & Company.
- Kaplan, E. A. (1992). *Motherhood and Representation: The mother in popular culture and Melodrama.*, Londres: Routledge.
- Kristeva, J. (1986). Stabat mater. In: MOI, Toril. *The Kristeva Reader*. Oxford: Blackwell.
- Lyotard, J. F. (1989). *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva.
- Martins, L. A. M., & Peixoto Junior, C. A. (2009). *Genealogia do biopoder*. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 157-165.
- Moreira, M. I. C. (1994). *Aspectos psicossociais da gravidez e suas influências na construção de identidade e nas relações de gênero*. Tese (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Moreira, R. L., & Rasera, E. F. (2010) Maternidades: os repertórios interpretativos utilizados para descrevê-las. *Revista Psicologia & Sociedade*, 22 (3), 529-537.

- Nietzsche, F. (1882). *A Gaia Ciência*. Tradução de Paulo César de Souza, 2012. Editora Companhia de Bolsa. (Edição de bolso).
- Olesen, V. L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln, (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Tradução Sandra Regina Netz, Porto Alegre: Artmed.
- Pereira, A. A. N., (2018). *The handmaid's tale e the children of men: biopoder e o controle do corpo feminino nos romances e suas respectivas adaptações*. Anais do IX Sappil – Estudos de Literatura, UFF, n. 1.
- Pone, P. F. M., (2014). O momento histórico das distopias (uma leitura de the handmaid's tale, de Margaret Atwood, e Never Let Me Go, de Kazuo Ishiguro, através do conceito de forças produtivas. *RevLet – Revista Virtual de Letras*, 06(02), p. 221-236.
- Popper, K., (1930). *Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento*. Tradução de Antonio Ianni Segatto, 2013, 1ª ed. São Paulo: Unesp.
- Rago, M., (1998). *Epistemologia feminista, gênero e história*. In: J. Pedro, M. Grossi, (orgs.) *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres.
- Resende, D. K., (2017). Maternidade: uma construção histórica e social. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 2(4), p. 175-191.
- Rubin, G., (1975). The traffic in women: notes on the political economy of sex. In: R. Rayna (org). *Toward an anthropology of women*. New York, Monthly View Press, Trad. Bras. Jamille Pinheiro Dias. In: *Políticas do sexo*, São Paulo: UBU, 2017.
- Rubin, G., (1993). *O tráfico de mulheres: notas sobre "economia política" do sexo*. Tradução C. R. Dabat, E. O. Rocha, Sonia Correia, Recife: Edição Sos Corpo.
- Scavone, L., (2001). *A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais*. Dossiê: Feminismo em questão, questões do Feminismo. *Cad. Pagu*, 16, p. 137-140.
- Scott, J., (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de versão em português. *Educação & Realidade*, 20(2), p. 71-79.
- Sigiliano, D., Cavalcanti, G., & Borges, G. (2017). *Feminismo e tv social: a repercussão dos telespectadores interagentes sobre o empoderamento de Dana Scully em the x-files intercom* – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, PR, Brasil.
- Sigiliano, D., & Borges, G., (2018). Competência midiática: o ativismo dos fãs de The Handmaid's Tale. *Comunicação & Inovação*, PPGCOM/USCS. 19(40), p. 106-122.

Silva, A. C., Gomes, R. G., & Linhares, S. E. N., (2019). O olhar feminino na série *The Handmaids's tale*. *Revista Philia, Filosofia, Literatura e Arte*, 1(1), p. 250-268.

Sousa, R. F., (2017). Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), p. 9-29.

Williams, J., (2012). *Pós-estruturalismo*. Tradução Caio Liudvig. Petrópolis: Vozes.

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA**Autor Orientando:**

Nome completo: Dalila Rodrigues Silva

Endereço: Av. Juscelino Kubitscheck de Oliveira, 1220 - Cidade Nova, Patos de Minas - MG, 38706-002

Telefone de contato: (34) 9 9992-4530

Email: rodriguesdalila98@gmail.com

Autor Orientador:

Nome completo: Guilherme Bessa Ferreira Pereira

Endereço: Av. Juscelino Kubitscheck de Oliveira, 1220 - Cidade Nova, Patos de Minas - MG, 38706-002

Telefone de contato: (34) 9 9272-4704

Email: guilherme.pereira@faculdadepatosdeminas.edu.br

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Patos de Minas, 19 de fevereiro de 2021.

Dalila Rodrigues Silva

Guilherme Bessa Ferreira Pereira



FACULDADE PATOS DE MINAS



FACULDADE PATOS DE MINAS

Mantenedora – Associação Educacional de Patos de Minas

Portaria de Recredenciamento MEC – DOU N°. 1469 de 10 de Outubro de 2011.

Departamento de Graduação em Psicologia

Curso de Bacharelado em Psicologia

(Formação de Psicólogo)

Curso Reconhecido pela Portaria DIREG/MEC N°. 371 de 30/08/2011, renovado Reconhecimento de Curso pela Portaria DIREG/ME N°. 267 de 03/04/2017, publicado DOU em 04/04/2017, nº. 65, sessão 1, pág. 70-81

“Como Psicólogo, eu me comprometo a colocar minha profissão a serviço da sociedade brasileira, pautando meu trabalho nos princípios da qualidade técnica e do rigor ético. Por meio do meu exercício profissional, contribuirei para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão na direção das demandas da sociedade, promovendo saúde e qualidade de vida de cada sujeito e de todos os cidadãos e instituições.”

(Juramento do Psicólogo – Conselho Federal de Psicologia)